

Conselho decide amanhã se investiga ACM

Apuração é dada como certa, mas senadores divergem sobre hipótese de usar dados da PF

ROSA COSTA

BRASÍLIA – O Conselho de Ética do Senado será instalado amanhã com a nova composição e em seguida terá de providenciar três medidas sobre o suposto envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no caso dos grampos ilegais feitos pela Secretaria de Segurança da Bahia. A primeira é avaliar pedido do PT de abertura de sindicância. Se for aprovado, o presidente do conselho, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), deve indicar o relator. Depois, o conselho precisará decidir se iniciará investigação própria ou se guiará pelo inquérito da Polícia Federal, em andamento.

Todos admitem aprovar o requerimento e escolher um relator imparcial. "Será alguém que não esteja contra nem a favor de ACM", diz Juvêncio. Isso exclui senadores do PT, do PFL e do PMDB, partido de algumas das vítimas do grampo. Sobram Sérgio Guerra (PSDB-PE), Jefferson Péres (PDT-AM), Geraldo Mesquita (PSB-AC) e Magno Malta (PL-ES).

Não há consenso, porém, sobre a forma da sindicância. Juvêncio e Romeu Tuma (PFL-SP) preferem usar dados obtidos pela PF. Alegam que, por mais que o conselho se empenhe, não conseguirá concluir os trabalhos antes do fim do inquérito, aberto há três meses. Os líderes do governo, Aloizio Mercadante (PT-

SP), e do PT, Tião Viana (AC), concordam. Mas Heloísa Helena (PT-AL) e outros senadores defendem uma investigação própria do conselho.

SENADOR
INSISTE QUE
ACUSAÇÃO
É INJUSTA

*to*É, de que seu filho e suplente, Antonio Carlos Magalhães Júnior (PFL-BA), tenha baseado requerimentos enviados a ministérios em 2002, quando era senador, em informações obtidas com os grampos.

ACM rebateu ainda informação da revista *Is-*